

PAULO GUEDES TEME PARALISIA DA ECONOMIA A PARTIR DE JULHO



Ministério espera queda de 4,7% no PIB em 2020 e risco de falências e desemprego no 2º semestre.

O ministro Paulo Guedes (Economia) autorizou a apresentação da conta da quarentena. Ele planeja uma retomada controlada das atividades para evitar o mergulho do país no caos social em julho.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, divulgou nesta quarta-feira (13) uma projeção de queda de 4,7% no PIB (Produto Interno Bruto). Antes, havia previsão de alta de 0,02%.

Nota técnica do órgão estimou que cada semana de isolamento impediu o país de produzir R\$ 20 bilhões em riquezas. Se confirmado, será o maior recuo do PIB desde 1901, segundo dados do IBGE.

Nesse cenário, há uma mudança de discurso no time de Guedes de afrouxamento das medidas de isolamento social. A guinada vai ao encontro das declarações do presidente Jair Bolsonaro.

Diferentemente do chefe, o ministro havia apoiado o confinamento como forma de conter o avanço do coronavírus. As medidas em estados e municípios já perduram dois meses.

Agora diversos fatores levam a equipe de Guedes a prever que a economia entrará na UTI com as atividades paradas. A deterioração comprometerá o bem-estar da população a partir do segundo semestre.

Na avaliação dos técnicos, como continuam de portas fechadas, empresas de pequeno porte passaram dois meses sem acesso ao crédito diante das dificuldades do governo em estruturar mecanismos de garantias para os empréstimos.

Segundo dados internos da pasta, essas companhias registram um índice de falência sem precedentes. Elas respondem por mais de 80% dos postos formais de trabalho.

Projeções da Economia com base nos dados do seguro-desemprego indicam que, por enquanto, as demissões decorrentes da crise gerada pelo coronavírus representaram menos de 800 mil postos.

No entanto, a avaliação é a de que poderá superar 5 milhões até o fim do ano se a paradeira

for prolongada nos estados e municípios. Essas empresas são as grandes empregadoras, especialmente nas regiões mais afastadas do país.

A preocupação de Guedes é que não haverá dinheiro disponível no caixa se, após junho, for preciso renovar o prazo das políticas emergenciais de socorro à população e empresas.

Os gastos da União com a pandemia, incluindo a ajuda de R\$ 600 para os trabalhadores informais, já levam o Orçamento deste ano para um déficit de R\$ 600 bilhões.

Até o momento, o governo conseguiu minimizar o aumento do desemprego formal com uma medida provisória que autorizou a redução de jornada e de salário por três meses.

Muitos setores pedem que essa política seja renovada para até o fim do ano. Sachsida rejeita prorrogação e diz que uma ampliação no período de restrições elevará as perdas da economia.

A projeção considera que quanto maior o prazo de isolamento, maior o número de falências e demissões. A medida também amplia o endividamento corporativo.

"Essa nota não tem conotação de crítica sobre as políticas de isolamento social", disse Sachsida. "[Essa nota] foi feita exclusivamente para mostrar o custo econômico dessas políticas e fazer as estimativas para o PIB."

Assessores de Guedes disseram que o cálculo das perdas com o isolamento estava pronto há semanas. Porém, Guedes preferiu segurá-lo para não parecer que estava defendendo a economia em vez da saúde.

Essa *"primeira onda"* do coronavírus, como Guedes chama a quarentena, levou o governo a liberar recursos para evitar desemprego e manter as pessoas em casa. Com isso, a dívida pública baterá em 90% do PIB neste ano.

A equipe econômica preparou medidas como a do corte de jornada e de salários, direcionou recursos para o crédito corporativo, abriu mão de receitas (taxas, impostos e contribuições) para tentar evitar que uma contaminação em massa levasse ao colapso do sistema público de saúde.

Nesse período, Bolsonaro defendeu a retomada das atividades minimizando os efeitos do coronavírus.

Esse posicionamento deflagrou uma disputa política com governadores e prefeitos, que, em diversos casos, ignoraram o decreto federal que ampliou a lista de serviços essenciais.

Na semana passada, o presidente se aproveitou da visita de representantes da indústria no Palácio do Planalto para pressionar o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli.

Depois de ouvir dos empresários que a economia parou e que os efeitos seriam danosos, Bolsonaro solicitou uma audiência surpresa à corte.

Ele levou os empresários para tentar dividir com Toffoli o ônus da crise. Durante a visita, os representantes de 15 setores da economia afirmaram a Toffoli que estão prontos para a retomada.

Eles disseram que conseguiriam voltar às atividades com protocolos seguros de saúde.

O presidente do Supremo pediu responsabilidade. Ele propôs a criação de um comitê

envolvendo todos os Poderes, inclusive entes federados – estados e municípios.

Na conversa, Guedes disse que o pulso da economia estava fraco e que corríamos o risco de "*virar uma Venezuela*" se o isolamento persistir por mais tempo.

Nos bastidores, o chefe da Economia avalia propor que o grupo proposto por Toffoli possa discutir um programa de "*retomada controlada*". A medida valeria para setores aptos, como montadoras e indústrias.

O controle seria garantido por um protocolo a ser definido pelo Ministério da Saúde com os procedimentos necessários (adaptações de linhas de montagem, como distanciamento entre funcionários) para evitar contágios. Para isso, seriam exigidos testes em massa.

Outra ideia em curso seria retirar a população que faz parte do grupo de risco, como idosos, da casa desses trabalhadores, especialmente os mais carentes.

Pessoas que participam das discussões na Economia afirmam que uma proposta em análise na Casa Civil prevê seleção de idosos, especialmente nos grandes centros urbanos, e transferência para hotéis que, neste momento, estão fechados. A organização dessa força-tarefa ficaria a cargo do Exército.

Foto: Divulgação

<http://jornalpanfletus.com.br/noticia/1352/paulo-guedes-teme-paralisia-da-economia-a-partir-de-julho> em 25/04/2024 06:32